



**V Concurso para Admissão de Estagiários de Direito no âmbito da
Procuradoria-Geral do Município de Mogi das Cruzes**

GABARITO DA PROVA

Questões alternativas:

- | | | | | | | | |
|----|---|-----|---|-----|---|-----|---|
| 1) | C | 6) | C | 11) | D | 16) | C |
| 2) | A | 7) | D | 12) | A | 17) | B |
| 3) | C | 8) | B | 13) | C | 18) | A |
| 4) | D | 9) | D | 14) | B | 19) | C |
| 5) | A | 10) | D | 15) | A | 20) | D |

Espelho das questões dissertativas:

1) Situação hipotética: Em 21/02/2020 o Município ajuizou uma Execução Fiscal em face da Empresa “X” pelo não pagamento do tributo ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, sendo que as constituições definitivas dos exercícios cobrados ocorreram respectivamente em 2017, 2018 e 2019. A Empresa executada manifestou-se nos autos alegando a desobrigação pelo pagamento dos débitos em razão da prescrição destes créditos cobrados pela Fazenda Municipal. Com base nessas informações, responda:

a) Os créditos acima mencionados cobrados pelo Município encontram-se prescritos? Fundamente a sua resposta.

Resposta: Não, de acordo com o artigo 174 do Código Tributário Nacional a ação para cobrança do crédito Tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Portanto, os créditos constituídos pelo Município referentes aos exercícios de 2017, 2018 e 2019, foram ajuizados dentro do prazo prescricional.

b) O que significa prescrição do crédito tributário?

Resposta: A prescrição consiste na perda ou extinção do direito de ação, em razão do decurso do prazo de cinco anos contados da sua constituição definitiva.

2) Sobre o tema responsabilidade civil do Estado responda:

a) Quais são os elementos necessários para caracterização da responsabilidade civil do Estado?

Resposta: Responsabilidade Civil Objetiva: Ação, nexos de causalidade e dano. É objetiva porque o Estado responde pela simples existência de nexos causal entre a atividade administrativa e o dano sofrido, não havendo que se falar em dolo e culpa.



b) Qual é a teoria adotada para caracterização da responsabilidade civil do Estado?

Resposta: A responsabilidade do Estado é objetiva, fundamentada pela teoria do risco administrativo.

É objetiva porque o Estado responde pela simples existência de nexos causal entre a atividade administrativa e o dano sofrido.

c) É possível promover ação de reparação de danos diretamente em face do agente público? Fundamente sua resposta.

Resposta: Não. A ação deve ser promovida contra o Estado e regressivamente contra o agente público. Art. 37 da CF, "§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.